

Mães denunciam violência e descaso de autoridades

Da Redação

Solange Prudes Moura e Débora Maria da Silva relatam em entrevista coletiva suas experiências e a luta que travam pela punição dos assassinos de seus filhos

Contraponto – Solange, depois de tudo que aconteceu, você chegou a sofrer algum abuso de autoridade?

Solange Moura – Aconteceram algumas coisas estranhas. Eu já me mudei acho que umas três, quatro vezes, porque ligam me ameaçando. As vizinhas já me falaram que a minha casa foi vigiada. A minha casa já foi arrombada quatro vezes e não levaram nada. Mas por intimidação mesmo. Muitas vezes – eu estudava na época –, eu saía do colégio, tive que pedir escolta da polícia para ir pra casa, com medo, e sempre tinha alguém me seguindo, sempre um carro diferente me seguindo. Esses tipos de coisa que aconteceram. Mas eu chegar apontar um dedo e falar quem é, eu não sei.

CP – Alguma vez vocês se sentiram prejudicadas pela imprensa? Acharam que ela foi desleal, e isso atrapalhou na investigação, na vida de vocês?

Débora da Silva – A mídia colaborou pra que fosse chamado como crime do PCC. E, na verdade, não foi um crime do PCC. A gente viu nossos filhos, de boa índole, caindo sobre um sistema ao qual a gente também não tem nada contra, mas tava sendo banalizado pela mídia. E essa mídia que veio na linha de frente pra banalizar os Crimes de Maio é a mesma mídia que nunca veio nos procurar. Foi a mídia grande, que trabalha pro capitalismo. Essa mesma mídia, hoje em dia, corre atrás, porque as mães bateram de frente. A mídia tá centralizada agora. E faz um papel fundamental para que o país discuta a segurança pública, porque tava todo mundo calado.

SM – Com relação à Fundação CASA, antes a mídia ela só cobria o teto do que acontecia. Hoje, não; a mídia até que melhorou bastante, depois de tanto depoimento que a gente deu. Teve algumas distorções – que eu sei, erros de edição, essas coisas. Mas, assim, hoje melhorou bastante, porque estão investigando mais, apurando mais, indo atrás. Antes, não; era uma cobertura bem parcial mesmo: mostrava no teto aqueles meninos lá em cima, mas não explicava por que aqueles meninos estavam lá em cima, fazendo aqueles protestos, queimando colchões, com aquela violência toda. Hoje já se mostra que, quando os meninos sobem no teto, é porque é a única forma que têm de chamar atenção do Estado, da população brasileira, pelo que tá acontecendo lá dentro da Fundação.

CP – Como vocês chegaram às pistas pra montar o que de fato aconteceu com seus filhos?

DS – Na segunda após o Dia das Mães, recebi um telefonema de um policial da família dizendo que eu avisasse pras pessoas de bem não saírem na rua, porque a polícia ia pra cima. Ele nunca imaginava – e ainda avisou pra mim: ‘Débora, avisa pra pessoa de bem, não pra lixo’ – que, onze e meia

da noite, o meu filho era esse “lixo”. Após a morte do meu filho, saí em busca de todas as mães. Hoje o Ministério Público [MP] fala que as investigações foram dele, mas não foram.

Na primeira vez que chegamos lá no MP, fomos reclamar que não tínhamos sido chamados para depor na delegacia, porque acontece um crime, tem que correr pra pegar as provas que tão recentes. Isso não aconteceu. Tivemos que implorar. O que é que aconteceu? O MP mandou os familiares fazerem suas próprias investigações. Nós fizemos. Com dez dias, eu fui retirar a moto do meu filho do pátio. Liberaram a moto, mas alguma coisa aconteceu pra não ter perícia.

Vou contar rapidamente. Foi dia 15, o dia que parou o Estado, o mais emblemático: meu filho parou pra abastecer a moto, mas não tinha como, o posto tava fechado. Nisso chegaram três viaturas, quem testemunhou foram os frentistas. Quan-

do eu vi que o posto tinha câmera de vídeo, mandei recolher; mas teve omissão, tudo isso. Meu filho foi abordado por essas viaturas, foi espancado e, logo em seguida, morto. Ele tava de capacete. Agora, pergunto: se ele morreu de capacete, quem matou meu filho? Quem matou meu filho sabia que ele era aquela pessoa que foi abordada no posto de gasolina. Quem é que abordou ele no posto? Três viaturas.

Nada teve resposta. A gente levava as investigações, nada era colocado no papel. Não tiraram a fita do posto. Depois que o dono do posto foi depor, já tinham apagado a fita. Os frentistas do posto fizeram a denúncia. Assim que eles saíram da delegacia, fui atrás, porque eu não confiava na polícia pra ir retirar a fita, porque eu já tava pedindo há mais de um mês. Naquela fita a gente ia definir quem eram os policiais que espancaram meu filho e provavelmente mataram. A mesma

“Recebi um telefonema de um policial da família dizendo que eu avisasse pras pessoas de bem não saírem na rua, porque a polícia ia pra cima. Ele nunca imaginava – e ainda avisou pra mim: ‘Débora, avisa pra pessoa de bem, não pra lixo’ – que, onze e meia da noite, o meu filho era esse “lixo”

(Débora Maria da Silva)



Os casos do filho de Solange e o do de Débora, até hoje, não foram resolvidos pela polícia

viatura que bateu foi a que matou e socorreu. Várias explicações não tiveram: quem foi que colocou açúcar dentro da moto, por que é que esse policial, quando foi depor na segunda vez, dá uma versão e depois muda totalmente. E não foi punido, não foi indiciado.

Cada coisa que a gente faz, a gente não dá mais para o nosso setor, da baixada santista, porque tem muita corrupção, muita troca de informação e de favores. Estamos lutando por algo federal. Só na esfera federal a gente vai conseguir dizer quem vai levar esses processos e trazer à tona o que realmente foram os crimes de maio: a retaliação da polícia contra a periferia.

SM – Desde que meu filho era interno da FEBEM, ele já fazia denúncia sobre a tortura lá dentro. Várias vezes ele foi ouvido pelo Ministério Público pras denúncias de violência. Até que eu consegui uma avaliação, 25 de junho de 2003, dentro do Fórum – inclusive ele foi levado todo machucado; sofreu espancamento, acho que não deu tempo de pegarem nem esconderem, tempo para ele ficar sem as marcas; como já tava agendado, daí mandaram ele assim mesmo – e lá acabou tirando a camisa e mostrou pro MP. Depois desse dia, não deixaram mais ele voltar pra Franco da Rocha. Mandaram pro Tatuapé. Ele ficou um mês e vinte dias no Tatuapé. No dia 25 também, ele denunciou vários funcionários pela prática de tortura dentro da FEBEM, porque o Ministério Público tem um livro com as fotos de todos os funcionários da Fundação. Aí ele foi trazido pro Tatuapé. Um mês e vinte dias depois que ele fez essa reunião, aparece em chamas, queimado.

Mesmo meu filho estando no hospital municipal do Tatuapé, eu fui procurada pela presidente da AMAR [Associação de Mães e Amigos da criança e do Adolescente em Risco], a Conceição, aí ela me passou que alguns jornalistas iam começar a entrar em contato comigo. Comecei a denunciar também, falar, lógico, do meu filho, das torturas que aconteciam dentro da FEBEM. Meu filho ficou dezessete dias lá dentro, e recebia intimidação pelo diretor da unidade, por causa de uma matéria que eu dei no jornal. Então o diretor tentou me intimidar, falando que, como eu não podia fazer mais nada pro Sidney, a FEBEM também não tinha mais nada pra oferecer pro meu filho, e eu não podia dar esse tipo de entrevista e que poderiam muito bem, assim que ele se recuperasse das queimaduras, levar ele pro manicômio judiciário. Tentou me intimidar, só que não conseguiu, porque eu fiquei com mais raiva e aí comecei a denunciar mais. Meu filho veio a falecer, daí que continuei a luta.

Infelizmente o processo criminal, que colocaram como suicídio, um ano depois foi arquivado. Pra reabrir, preciso de provas, com novas testemunhas. Falam que meu filho conseguiu um isqueiro com um professor de informática da Fundação Bradesco lá dentro, e esse professor demorou quase dois meses pra dar o depoimento. O diretor da unidade caiu em contradição, porque falou que o isqueiro nunca foi encontrado. Só que, depois de dois meses, foi o professor que foi até a delegacia e levou o isqueiro, falando que deu o isqueiro; quem deveria achar o isqueiro seria o pessoal do corpo de bombeiros que foi fazer a perícia, não chegar o professor de informática, depois de quase dois meses, pegar e ir lá levar um isqueiro. São pequenos pontos que não foram analisados, que ninguém percebeu.

CP – Débora, no Boletim de Ocorrência [BO], essa ação de “queima de arquivo” da polícia é retratada como “resistência seguida de morte”. Como

seu filho foi retratado? E qual foi a desculpa pra absolver o policial?

DS – Meu menino foi tratado por um policial que fala que foi chamado para atender um caso de homicídio. Quando ele foi chamado para depor, desmente o BO que ele mesmo conduziu. Meu filho tava morto, não precisava ser socorrido. E ele mentiu: mudou a versão, falou que foi chamado pra atender uma ocorrência de acidente de moto. Veja bem como é contundente a participação dele no crime. E quando a gente fala “resistência seguida de morte”, no caso do meu filho não, foi “autoria desconhecida”. Mas tanto a “autoria desconhecida” como a “resistência seguida de morte” são uma prática pra poder criminalizar a vítima. A gente vê em vários processos que a maioria dos meninos tem tiro na mão, no dedo; então se eles têm tiro no dedo, não têm “resistência seguida de morte”, têm “defesa”, o próprio laudo diz. “Resistência seguida de morte” não existe. Isso aí é uma das propostas das Mães de Maio no PNDH-3. A gente está lutando para que isso saia dos BOs, pra que seja “crime de homicídio”, pra não cair no arquivamento.

CP – Vocês recebem ajuda de uma ONG, partido político, entidade? Como vocês se mantêm?



“ Eu digo que enquanto o sangue do meu filho borbulhar nos meus olhos, ando, passo fome, mas vou à luta, seja aonde for ”

(Débora Maria da Silva)



“ Estou endividada até o pescoço, mas aonde me chamarem eu vou para denunciar a violação dos direitos da pessoa humana ”

(Solange Prudes Moura)

DS – A gente vive da ajuda um movimento social ou outro, mas temos mais ajuda dos sindicatos. Ajuda simples, geralmente pra transporte. Partido não: nós temos ajuda de pessoas que consolidaram a luta e colaboram com a gente. Porque nós temos feito intercâmbio no país. Saímos da baixada santista, participamos do ‘Encontro pela vida e por outro tipo de segurança’ na Bahia, no Rio de Janeiro, somos parceiros da ‘Rede contra a violência’, e também estamos no Espírito Santo. Mas nesses quatro anos a gente se endividou bastante. Eu digo que enquanto o sangue do meu filho borbulhar nos meus olhos, ando, passo fome, mas vou à luta, seja aonde for. Os movimentos sociais são importantes nisso, pois eles nos apoiam; o poder público não está nem aí.

SM – Eu trabalhei na AMAR, junto com a Conceição e outras mães de lá, mas eu saí. Mas sempre que a Conceição me liga para participar de debates ou palestras, eu vou. Mas o recurso é próprio, sai do meu bolso. Você pode falar que eu estou sozinha, mas eu digo que estou com Deus. E continuo indo, quando as pessoas me chamam. Também estou endividada até o pescoço, mas aonde me chamarem eu vou para denunciar a violação dos direitos da pessoa humana, principalmente nessa área da infância e juventude.

CP – Nada justifica o que a PM fez em maio de 2006, mas não é perigoso esquecer que o crime tem culpa? A culpa também não é do despreparo? Culpar apenas a polícia não é perigoso?

DS – Sempre falei que os policiais que morreram naquela época foram tão inocentes quanto meu filho. Esses jovens não entram numa instituição para ser assassino, é a instituição que os faz. A troca de valores quem faz é a polícia. O crime organizado não foi os meus filhos que formaram, foi o Estado que formou, pois o Estado é corrupto, ele vive da desgraça dos outros; ele não investe no ser humano, investe em armamento e viatura. Quando acontece alguma coisa, os policiais são mandados para a periferia. E você queria que a periferia visse os policiais como? Batendo, matando... Aplaudindo policial por isso? Larga a farda se você não se sente bem lá dentro. Mas ser omissivo, conivente com essa situação!? Os pracinhas do Rio Grande do Sul queriam nosso apoio para se tornar uma polícia desmilitarizada, isso está no PNH3: desmilitarizar a polícia da periferia. Mas ninguém quer tocar nesse assunto.

CP – A polícia de hoje está despreparada pelo próprio curso que dá aos iniciantes. As Mães de Maio têm algum projeto para mudar a preparação da polícia?

DS – Nós aprovamos no PNDH3 que fosse formado dentro dos batalhões uma secretaria de direitos humanos dos policiais que fosse observada pela sociedade civil. A instituição é só cabeça e tronco, cabeça e tronco, eles só vêem isso, porque os homicídios são dessa forma. A nossa contribuição foi de aprovar uma secretaria de direitos humanos dentro da polícia, porque eles também são seres humanos. Eles não fogem da nossa luta, mas eles invertem os valores. Desde o tempo que a polícia inverteu os valores, a gente não sabe quem é o bandido e quem é a polícia. Vale ressaltar que os Crimes de Maio foram provocados por uma corrupção dentro da polícia civil: eles tavam sequestrando familiares de presos pra poder pegar dinheiro. Enquanto não mudar a mentalidade da instituição a gente só tem a formação de maus policiais, e eles não são obrigados a segurar essa onda. Mas nós vemos o lado dos direitos humanos deles sim.